



**DIANOVA**  
INTERVENÇÃO EM TOXICODEPENDÊNCIAS

**EXIT**

Ano 5\_nº 18\_Out/Dez 08

**Tema: Práticas Inovadoras em Meio Prisional**

- Editorial
- Em Foco Nacional
- Entrevista com...
- Tema de Actualidade
- Rede Dianova
- Não há droga sem senão...
- Inter-gerações
- Drog@s
- Saídas



Rui Martins

Director de Comunicação

## Prisão... a "fuga" perfeita!?

Não, me refiro à galardoada série de culto *Prison Break* criada por Paul Scheuring e que retrata a história de um homem que foi condenado à morte por um crime que não cometeu e do seu irmão que elabora um plano genial para tirá-lo da prisão. Ao longo das 4 temporadas, percebemos que por muito excitantes que sejam as aventuras, invariavelmente uma fuga da prisão será sempre uma fuga... continua (lembra-se do destino de *Papillon*, do realizador Franklin Schaffner, 1973, com Steve McQueen?)... porque simplesmente não foi cumprido o seu fim último.

Tradicionalmente percebidas como escolas de crime em detrimento do processo de reabilitação dos homens e mulheres que cometeram crimes, quer o sistema jurídico-penal quer os estabelecimentos prisionais têm vindo a investir em mudanças necessárias que vão não só ao encontro da evolução das orientações doutrinárias (integrando o código penal e.g. princípios biopsicológicos, legislação especial para imputáveis entre os 16 e 21 anos, medidas substitutivas de atenuação especial da pena sem por em causa as exigências de reprovação e prevenção do crime, medidas de limitação dos efeitos criminógenos da prisão/contaminação do meio prisional) ou dos direitos dos reclusos (civis, profissionais ou políticos), mas também às exigências da sociedade em termos de manutenção da ordem pública e da paz comunitária.

Apesar destas mudanças positivas, não podemos esquecer o custo social, sanitário e económico que a criminalidade reveste. Segundo dados estatísticos da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, a 31 de Dezembro de 2007, a população prisional era de 11.587 reclusos, dos quais **79,5%** de nacionalidade portuguesa; destes, **94%** eram do sexo masculino, **52,2%** com idades entre os 25-39 anos, **30,4%** com 40-59 anos e **12,7%** com 19-24 anos. Por tipo de crimes, num total de 9.260, potencialmente relacionados directa ou indirectamente com a problemática da toxicoddependência, **31,4%** são crimes contra as pessoas (eg homicídios, ofensas à integridade física, violação), **27,6%** crimes relativos a estupefacientes (eg tráfico e consumo) e **26,5%** crimes contra o património (eg roubo ou furto).

A nível sanitário, por força do insucesso que reveste a entrada de droga (que parece assumir-se como um rentável negócio a que não

se consegue, ou quer, por cobro) nas prisões e do polémico Programa de Troca de Seringas piloto nos Estabelecimentos Prisionais de Lisboa e Paços de Ferreira, que redundou num fracasso total, as doenças infecciosas como as Hepatites C ou B, HIV/SIDA e Tuberculose continuam a ser uma realidade nos estabelecimentos prisionais, fazendo aumentar os custos a prazo.

Por outro lado, e em termos estritamente económicos, de acordo com o Orçamento de Estado para a Justiça 2009 relativamente ao Sistema Prisional, serão investidos 4.6ME em cuidados de saúde, 2.9ME em obras de estabelecimentos prisionais e 80ME em novos e renovados estabelecimentos prisionais. Quando falha a prevenção e se instala a crise/anomia de valores associada ao sentimento de impunidade... paga-se a factura, uma pesada factura para os contribuintes num ano que se prevê económica e financeiramente já de per si debilitado.

Por esperar que o investimento resulte, esta edição da EXIT foi ao encontro de algumas das práticas inovadoras que os Serviços Prisionais portugueses em geral e alguns Estabelecimentos Prisionais em particular têm logrado bons resultados com projectos piloto junto da população reclusa.

Este é o "princípio" que subjaz à fuga perfeita: uma ressocialização pedagógica e construtiva, em que o(a) recluso(a) cumpre a sua pena pelo crime cometido, e que direcciona o seu enfoque para o desenvolvimento de competências e actividades que o(a) capacitarão para um desejável regresso auspicioso à sociedade. ■

## Campanha "Natividade 2008" Dianova

A Dianova realizou a sua tradicional campanha "Natividade 2008", constituída por um conjunto de acções – desde a Operação Presente às Campanhas Alimentares – que beneficiaram desde bebés, crianças e adolescentes a adultos dos diversos Centros Dianova. As campanhas alimentares contaram com o patrocínio do **Jumbo de Torres Vedras**, decorrida entre 6 e 8 de Dezembro, e dos **Supermercados Ponto Fresco e Frescos & Companhia**, de 3 a 24 de Dezembro, totalizando cerca de 2 toneladas de alimentos.

Os solidários patrocínios foram presenteados em momentos como "O Amigo Secreto", "Festa das Famílias", que juntou mais de 120 familiares com almoço convívio e peça de teatro "Mundo ao Contrário", "Ceia de Natal" e ainda para consumo ao longo de 2009. A Dianova reitera os votos de agradecimento a todas as Pessoas e Empresas (Flores & Cores, Modelo, Galapa, Jumbo, Ponto Fresco, Badaladas, Frente Oeste, Torres TV e muitas outras) de Torres Vedras que generosamente contribuíram para esta campanha, desejando-lhes um 2009 cheio de Alegria!



## Dianova participa na Feira NATALIS

A Dianova participou pela primeira vez na Feira de Natal de Lisboa NATALIS, que decorreu na FIL – Parque EXPO de 6-14 Dezembro, com um Stand de promoção e venda solidária de plantas da Empresa de Inserção Viveiros de Floricultura. As vendas de bilheteira reverteram a favor das 85 organizações da sociedade civil, tendo-se cumprido ainda outros 2 objectivos: divulgação das áreas de intervenção da Dianova e angariação de receitas da venda das plantas, que incluíram espécies próprias da quadra natalícia como azevinho e estrelas de natal.

Esta é uma bem sucedida medida de reinserção sócio-profissional da Dianova implementada desde 2000 e que destina pessoas em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, tais como pessoas que tiveram problemática de toxicod dependência, baixas habilitações ou qualificações literárias, desempregados de longa duração com mais de 45 anos.

A Viveiros emprega actualmente 12 Colaboradores, os quais se encontram a desenvolver uma especialização em floricultura, dedicando-se a Empresa à produção e comercialização de plantas de exterior como alfazema, petúnias, amores-perfeitos, sálvia, begónias, madressilva, lótus, buganvillea, jacarandá.

+ info sobre esta empresa de inserção da economia social e solidária em [www.dianova.pt](http://www.dianova.pt) ■





**Dr. José Ricardo Nunes**

Sub-Director Geral dos Serviços Prisionais, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

## **Dianova: Quais as principais competências da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais?**

**Dr. José Ricardo Nunes:** As competências da DGSP são a execução das penas e medidas privativas da liberdade sejam penas de prisão ou medidas de segurança aplicadas a inimputáveis, bem como a execução de medidas de coação de prisão preventiva e de internamento preventivo.

Essas competências articulam dois módulos fundamentais de preocupações ou duas questões essenciais no exercício destas competências: por um lado de reinserção social de delinquentes e, portanto, reaprendizagem de competências e trabalho junto dos reclusos no sentido de retomarem a vida em sociedade, adoptando um comportamento responsável sem cometerem novos crimes – vector de Reinserção Social; e por outro lado, um vector de Segurança, uma vez que os estabelecimentos prisionais têm também incluída na sua missão, contribuirem para a ordem e para a paz social, para a defesa da sociedade e para garantirem o clima de ordem, segurança e disciplina nos estabelecimentos prisionais.

De resto, esta é a base para se poder fazer um trabalho construtivo com os reclusos da tal reaprendizagem de competências e de saber viver.

**“Daí a competência ser executar as penas e medidas privativas da liberdade e nessas competências articulam-se dois eixos: um eixo de segurança e um outro de reinserção social.”**

## **Dianova: Juntamente trabalhado com a Direcção-Geral da Reinserção Social...**

**Dr. José Ricardo Nunes:** A DGRS é o organismo responsável pelo acompanhamento dos reclusos e pelas medidas não privativas da liberdade, ou seja, as sanções executadas na comunidade.

Existe um número alargado deste tipo de sanções, que se encontra previsto no código penal. Na última reforma penal foi alargado o âmbito de medidas executadas na comunidade, as chamadas medidas alternativas como é o caso do trabalho a favor da comunidade, que é possível aplicar como alternativa a penas até dois anos (antes era até um ano), ou a suspensão da execução da pena, que agora é possível aplicar em penas concretas até 5 anos antes da reforma, e só até aos 3 anos.

Portanto somos os responsáveis pela execução das penas alternativas à prisão onde também se inclui a vigilância electrónica e somos também responsáveis, pela última fase da pena de prisão que é a fase da liberdade

condicional. Ao longo da pena de prisão os reclusos vão tendo medidas de flexibilização que passam por autorizações de saídas precárias, prolongadas e exteriores em concessão de regime aberto e depois a concessão da liberdade condicional e a sua execução em ambiente exterior é uma competência da Direcção-Geral de Reinserção Social.

**Dianova: Um pressuposto da reinserção social dos reclusos durante o período de reclusão prende-se com a disponibilização de meios e competências necessários e adequados para que estes não cometam novos crimes uma vez em liberdade. Educação e Formação Profissional são duas dessas competências. Contudo, muitos investigadores têm apontado o dedo, defendendo que estas acabam por ser encaradas, quer pelas administrações prisionais, quer pelos próprios reclusos como apenas uma forma de ocupação durante o período de reclusão, um instrumento para a obtenção da liberdade condicional ou para as saídas precárias. Concorda com o enunciado?**

**Dr. José Ricardo Nunes:** Não concordo com isso. Eu diria que há dois níveis de preocupação: obviamente que há preocupação de ocupar as pessoas, pois a ocupação por si é um valor. Ter pessoas completamente desocupadas durante a execução da pena é uma dupla penalização. A pessoa está privada da liberdade, não tem nada que fazer e, como tal, a ocupação deste tipo de pessoas é um valor. Não digo que tenha valor acrescentado mas evita efectivamente aquela situação da pessoa estar encostada a uma parede ou andar às voltas nos pátios, sem ter nada para fazer. Portanto é uma forma de ocupação e de passar o tempo de uma forma menos penosa, para quem está privado da liberdade. Isto é uma verdade inquestionável.

A outra questão é mais importante: que tipo de ocupação proporcionar às pessoas? E aí diria que temos de providenciar ocupações estruturadas e estruturantes, ocupações que permitam às pessoas manter hábitos de vida saudáveis; que permitam manter ou desenvolver competências que não tinham. Estamos a falar obviamente em actividades relacionadas com o desporto que cerca de 50% dos reclusos praticam: 5 mil ou 6 mil reclusos praticam desporto de uma forma regular e portanto o desporto funciona como um elemento importante na manutenção de um estilo de vida saudável, sendo igualmente uma actividade de relevo e com imensa valia.

Neste desenvolver de competências, falamos igualmente da escola e na escola estamos a falar de cerca de 2 mil reclusos a frequentar as actividades escolares. Estamos a falar também de níveis de ensino que vão desde o primário até ao secundário em alguns estabelecimentos prisionais. Estamos a falar de formação prisional, em que temos cerca de mil reclusos e estamos a falar de actividades laborais, onde estão inseridos cerca de 5 mil reclusos.

Portanto, temos os reclusos ocupados em escolas e actividades laborais e actividades socioculturais ligadas à leitura, ao teatro, onde participam todo um universo de 8 mil reclusos.

Todas estas actividades cumprem uma finalidade: são actividades estruturadas e estruturadoras e o nosso objectivo é aumentar a quantidade da oferta disponível em termos de número de horas, sendo este um objectivo constante de modo a que não haja um único recluso desocupado. Vamos fazer protocolos com 20 entidades e empresas que visam precisamente aumentar as ofertas de trabalho a reclusos, durante o período de reclusão. Esses 20 protocolos representam cerca de 70/80 postos de trabalho, o que é um número muito significativo.

Estamos continuamente à procura de novas oportunidades para as pessoas. Ainda relativamente ao trabalho há uma coisa muito importante que nós ainda queremos afirmar: esse valor do trabalho só se consegue promover com intervenção de toda a sociedade e aí as empresas são absolutamente fundamentais. O estabelecimento prisional está aberto e convida as empresas, as associações empresariais, os núcleos de responsabilidade social das empresas, a desenvolverem projectos empresariais e de empregabilidade de reclusos dentro do espaço prisional. Nós temos muitos espaços que podem ser usados por empresas em actividades das mesmas e que podem ser desenvolvidas por reclusos dentro de estabelecimentos prisionais e que depois até pode ser uma alavanca para a sua integração em meio livre. E temos já uma série de projectos, uns mais consolidados, outros menos, onde isso já acontece. Esta é uma linha estratégica de desenvolvimento da nossa parte.

Em relação à questão concreta da Formação Profissional como mera ocupação de reclusos, eu diria que o nosso objectivo é que assim não seja. Admito que haja casos em que não há uma verdadeira vocação para a formação prisional e há uma mera utilização como ocupação. Agora o esforço vai precisamente no sentido de desenvolver com as entidades formadoras novas abordagens, bem como no sentido de introduzir na formação profissional que é dada módulos de formação que vão de encontro às competências pessoais e sociais e que ajudem os reclusos a superarem de facto, os problemas que os levaram ao estabelecimento prisional.

E aí a formação prisional pode ser um instrumento para refazer a vida e criar uma nova dinâmica, mas melhor seria se fosse complementado também com esses instrumentos de aprendizagem de novas competências. Estamos a investir genericamente no sistema. Não podemos fazê-lo da mesma forma em todos os estabelecimentos prisionais; há estabelecimentos prisionais que só têm 50 ou 60 reclusos havendo aqui um problema de escala. Por exemplo, como se organiza formação prisional nestes casos?

É sempre um grande esforço para se conseguir organizar uma turma, tentar que haja um perfil idêntico dos reclusos, mas aí também estamos a tentar trabalhar porque há um projecto que estamos a tentar desenvolver para o ano que é de reorganização do estabelecimento prisional e das valências prisionais, de forma a criar alguma especialização por parte dos estabelecimentos prisionais e eu penso que isso vai ajudar à dinamização de actividades e programas de uma forma mais consistente e estruturada.

**“ A ideia é criar um sistema de evolução por fases em que os reclusos, da entrada até à saída do estabelecimento prisional, vão evoluindo de acordo com o regime, gradualmente mais próximo da liberdade. ”**

E é na segunda fase que teremos de investir fortemente em matéria de educação e de formação profissional e na última fase apostar mais em programas de trabalho e de aproximação à vida livre e tal ainda vai permitir gerir melhor as ofertas formativas e as ofertas laborais de modo a dar a cada recluso na fase em que se encontra, a oferta mais apropriada e mais consistente o que vai ao encontro dessa preocupação de não transformar ou de evitar as actividades formativas em meras actividades ocupacionais.

**Dianova: Outro problema muitas vezes apontado prende-se com a discrepância verificada entre a formação ministrada e a oferta**

**do mercado de trabalho. Continuam a predominar actividades ligadas à mecânica, serralharia, cestaria, horticultura, ou neste momento já se abriu a formação a novas áreas, mais adequadas ao trabalho em meio livre (informática, estudo de línguas)?**

**Dr. José Ricardo Nunes:** A formação de hoje não tem a ver com a formação tradicional, do passado, da mecânica, carpintaria. Neste momento há já uma oferta mais diversificada de cursos de formação profissional, e a ideia será diversificar ainda mais no futuro. O ideal será ligar a formação profissional a oportunidades de contexto de trabalho. E mais uma vez este projecto que estamos a tentar dinamizar vai ajudar a que tal seja possível. Portanto, se houver oportunidades de trabalho mais diferenciadas, nós podemos organizar a formação prisional de modo a alimentar esses postos de trabalho e é nisso também que estamos empenhados a partir daqui.

**Dianova: Até que ponto o ensino nas prisões deveria ter como conteúdos programáticos temas como a saúde, higiene, toxicodpendência e cidadania?**

**Dr. José Ricardo Nunes:** Esse tipo de ensino é feito. Uma das coisas que nós temos é o plano de combate às doenças infecto-contagiosas em meio prisional e uma das valências é exactamente a promoção da saúde e a educação para a saúde e temos várias acções em todo o sistema prisional.

Uma linha que vamos desenvolver ainda mais é a parceria com entidades privadas, com associações, com IPSS, porque há muitas entidades que muitas vezes nos batem à porta para desenvolverem acções nesse âmbito e o que estamos a fazer é criar um acervo e questões que merecem um melhor tratamento pelo que devem ser tratadas, quer pelo sistema prisional, quer por essas entidades que colaboram connosco. Realizaram-se inúmeras acções em 2008, que se encontram registadas no relatório de execução do plano, pelo que uma das áreas em que vamos investir é nas parcerias e nos apoios a dar a essas entidades que trabalham connosco. Achamos isso muito importante.

**Dianova: Até agora falámos do acompanhamento do recluso em reclusão. E fora da prisão? Existem programas de apoio a ex-reclusos que lhes permitam continuar os estudos depois de saírem da prisão, de forma a viabilizarem todo este esforço concertado entre recluso e sistema prisional na formação do recluso?**

**Dr. José Ricardo Nunes:** Eu não gostaria de falar muito nesse assunto, pois é da competência da DGRS. A DGRS está dentro da cadeia, acompanha os reclusos durante a execução da parte privativa da liberdade; prepara a reinserção social deles e acompanha-os a partir daí. A nossa missão é, digamos assim, fazer a primeira parte do trabalho.

**Dianova: Num livro provocador de Edward Bono intitulado os “Sete Chapéus do Pensamento”, este sugere que paguemos aos reclusos com penas longas uma pensão decente, quando forem libertados. Tal, de acordo com o autor, ajudá-los a reentrarem na sociedade, dar-lhes-ia a noção de que tinham algo a perder e evitava que voltassem ao crime. Como comenta o enunciado?**

**Dr. José Ricardo Nunes:** Mais importante do que dar dinheiro às pessoas quando saem das cadeias é dar-lhes valores, crenças e atitudes. Acho que isso é fundamental. Há uns anos atrás houve o caso de um indivíduo que esteve muito tempo preso, saiu e que não tinha para onde ir. E foi um caso absolutamente determinante, pois esse indivíduo teve tudo aquilo que precisava. Ou quase tudo, por isso é que o caso falhou. Esse indivíduo teve um quarto para dormir, um alojamento para princípio de vida, teve refeições disponibilizadas por uma entidade local da

# Entrevista com...

comunidade e teve um emprego. Ele saiu da cadeia, dois dias depois ele estava a trabalhar. Uma semana depois desapareceu. O indivíduo não tinha efectivamente tudo, uma vez que ao longo da execução da pena, não conseguiu interiorizar crenças e valores que lhe permitissem depois aproveitar as oportunidades que estavam à sua espera uma vez cá fora. E a atitude, se calhar mais imediata a ter, depois daquele caso, era não voltar a investir neste tipo de pessoas.

Mas eu acho que o que nós devemos perguntar é, até que ponto ter um pé-de-meia à porta da cadeia, emprego, casa, refeições é suficiente para que a pessoa fique estruturada na sua vida. Se calhar é preciso trabalhar interiormente com as pessoas, no sentido de ajudá-las a criar referências e a treinar outro tipo de âmbitos que depois cá fora lhes permitam viver de acordo com as regras da comunidade.

A prisão é muito infantilizadora, porque há horas para tudo: para levantar, para comer, há médicos, e as pessoas são infantilizadas nessa instituição total que é a prisão. Efectivamente o nosso esforço e reorganização dos estabelecimentos prisionais vai no sentido de ajudar as pessoas a criarem competências, progressivamente, que lhes permitam depois cá fora, terem outro tipo de estruturação que lhes permita, ter um emprego, um esquema de apoio, terem capacidades, ferramentas, competências que lhes permita aproveitar oportunidades. E isso é o que fica nas pessoas. Porque o emprego evapora-se, o dinheiro gasta-se, muda-se de casa. Agora essas competências adquiridas ficam dentro das pessoas e são essas competências que permitem que a pessoa aja de forma responsável. É a velha história: "não me dêes peixe, ensina-me a pescar".

**Dianova: Até que ponto penas mais longas costumam ou podem vir a transformar criminosos de circunstância em criminosos inveterados, dada a influência de outros reclusos? Até que ponto, determinados delitos "leves" não deveriam ser substituídos por trabalho comunitário (e não absolvição total ou reclusão)?**

**Dr. José Ricardo Nunes:** Essa é a questão da pena de prisão e das alternativas à pena de prisão.

**"*Todo o código penal aponta no sentido de que, sempre que a pena possa ser executada na comunidade haja um poder, uma orientação para os magistrados, no sentido de ser aplicada a pena que mais favoreça a reinserção social e que menos penosa seja por parte do recluso.*"**

Relativamente à questão do efeito "criminógeno" das prisões e à questão das penas longas, tal é uma questão sobre a qual estamos atentos e com o tal plano de reorganização do sistema vamos poder fazer uma segmentação mais apurada dos perfis criminais e do tipo de condenações que são aplicadas. Tal poderá ter um efeito benéfico e contrariar essa tendência que é conhecida por toda a gente do tal efeito criminógeno das prisões. Por exemplo, a separação entre presos efectivos e presos condenados que será muito mais efectiva; a separação entre jovens e reclusos com um percurso criminal mais acentuado também trará vantagens. E portanto será essa a linha a seguir.

**Dianova: Portugal passou recentemente a integrar formalmente a rede Europeia de Comunidades e Práticas na conferência promovida o mês passado pela EQUAL. Qual a importância deste novo acto de cooperação no âmbito da reintegração do ex-recluso?**

**Dr. José Ricardo Nunes:** Significa a nossa abertura e a abertura de uma série de instituições e entidades no sentido de trabalharem

conjuntamente na promoção da reinserção social.

Tal significa também uma política de abertura do próprio Sistema Prisional à participação de toda a sociedade na execução de penas: uma abertura que é, digo eu, uma necessidade, pois um sistema prisional fechado sobre si próprio é um sistema condenado ao fracasso. O sistema prisional deve estabelecer pontes e articulações com a comunidade no sentido de favorecer a reintegração social das pessoas.

Por outro lado, é muito importante para a comunidade saber o que se passa no sistema prisional e colaborar com essa missão, que é uma missão de todos, pois se não fizermos isso é a nossa própria segurança que está em risco. As sociedades transformam-se em bunkers, em ilhas isoladas e tal não pode ser. Cada recluso que saia do estabelecimento prisional sem estar devidamente preparado é potencialmente o agente de novo acto delinquentes e isso pode pôr em risco qualquer pessoa. E todos temos de contribuir para esta tarefa que não pode ser só delegada no Estado.

O Sistema Prisional está aberto à colaboração de todos. Por exemplo, no âmbito do Projecto PGISP foi preparado um programa de gestão de voluntariado que em breve será aprovado para o Sistema Prisional e vai ser fortemente dinamizado em todo o sistema no próximo ano, sendo este um sinal muito importante da nossa parte de abertura e de convite às entidades e aos voluntários a que participem connosco nesta empresa de ressocialização dos reclusos.

**Dianova: Qual a ideia central ao Pacto de Cooperação pela Reinserção Social dos ex-reclusos?**

**Dr. José Ricardo Nunes:** A ideia chave é este compromisso de todos. De todos deverem participar nesta ideia de sinergia, de trabalho em rede em torno do trabalho com delinquentes e da participação de todos os sectores da sociedade nesta empresa. A grande aposta deste Pacto de Cooperação é o estabelecimento de sinergias e de redes entre todos, porque se as instituições ficam isoladas, bem como o sistema prisional, este não consegue trabalhar e não consegue melhorar. ■



**Dr.ª Ana Gomes**

Directora da Unidade Livre de Drogas, Estabelecimento Prisional do Porto Custóias

**Dianova: A toxicod dependência é um problema que afecta o universo prisional, pois muitos dos criminosos que integram as prisões são dependentes. Como vê a realidade da droga em meio prisional?**

**Dr.ª Ana Gomes:** Num primeiro momento é preciso avaliar o motivo de reclusão, ou seja, se o crime originou a toxicod dependência ou o inverso.

Após esta avaliação devemos accionar todos os meios disponíveis para os reclusos serem reencaminhados para o tratamento mais adequado à sua personalidade e à sua dependência de substâncias e por isso existem vários tipos de tratamentos no Sistema Prisional.

**Dianova: Que mecanismos de controlo têm vindo a ser adoptados de forma a evitar que a droga entre nas prisões?**

**Dr.ª Ana Gomes:** Relativamente ao controlo e detecção de produtos estupefacientes, são efectuadas revistas minuciosas aos visitantes, seus haveres e produtos a serem entregues aos reclusos. Como meio auxiliar temos a máquina de raio-x. Após o contacto físico entre visitantes e reclusos, no regresso da visita são estes revistados minuciosamente.

**Dianova: Como funciona todo o processo de admissão e tratamento na Unidade Livre de Drogas?**

**Dr.ª Ana Gomes:** O processo de admissão é totalmente voluntário por parte do recluso e este é sujeito a um processo de avaliação psicológica e no momento da entrada tem que estar totalmente abstinente de todas as drogas, facto comprovado por análises de metabolitos na urina.

**Dianova: Quais são as grandes linhas condutoras e de força da ULD?**

**Dr.ª Ana Gomes:** A Unidade Livre de Drogas é um tratamento baseado em comunidade terapêutica com uma abordagem cognitivo-comportamental e motivacional. É baseado num sistema de hierarquia e tem como objectivos não só a resolução de problemas relacionados com a dependência como com a delinquência. Existe, também, uma abordagem sistémica, havendo um projecto com as famílias dos reclusos e com os ex-reclusos que frequentaram o programa.

**Dianova: A ULD deve possuir uma equipa multidisciplinar, de acompanhamento efectivo e global ao recluso em tratamento. Por que tipos de profissionais é constituído o grupo de trabalho de uma ULD?**

**Dr.ª Ana Gomes:** A Unidade Livre de Drogas tem uma Equipa regida pelo Director e constituída por uma Psicóloga, uma Técnica de Reeducação, um Psiquiatra e um Sub-Chefe Principal da Guarda Prisional. Além destes elementos, os reclusos têm acesso a todos os Serviços de Saúde disponíveis no Estabelecimento Prisional, assim como, acesso à Escola e ao Desporto.

**Dianova: Quanto tempo dura o programa na ULD?**

**Dr.ª Ana Gomes:** Cada recluso da Unidade tem um programa individualizado sendo o tempo diferente para cada um deles mas em média entre um a dois anos.

**Dianova: Qual o maior desafio que um recluso enfrenta ao entrar para a ULD?**

**Dr.ª Ana Gomes:** Os maiores desafios relacionam-se directamente com a obtenção da abstinência, tomada de consciência dos seus problemas e a mudança de hábitos e atitudes.

**Dianova: Muitos presos saem da ULD, mas ainda têm uma pena a cumprir em meio prisional. Para onde são reencaminhadas estes reclusos, após um tratamento bem sucedido?**

**Dr.ª Ana Gomes:** Os reclusos que terminam o seu programa são reencaminhados para o Regime Comum onde frequentam actividade laboral ou cursos técnico-profissionais.

**Dianova: Um dos programas disponibilizados pelos serviços**

**prisionais no âmbito da toxicoddependência, registou uma adesão nula. Falo do Programa Troca de Seringas. Até que ponto este não funciona como entrave aos restantes programas em meio prisional que visam combater o consumo de estupefacientes, como sendo a Unidade Livre de Drogas?**

**Dr.ª Ana Gomes:** O programa de troca de seringas é um programa baseado na redução de riscos e dados e nesse sentido é uma aproximação do indivíduo toxicoddependente aos Serviços de Saúde. Em meio prisional, este programa está a decorrer noutros estabelecimentos que não este não possuindo dados que me permitam avaliar a situação.

**Dianova: Até que ponto não deveria ser feito um maior investimento neste programa de tratamento, no sentido de alargá-lo a mais estabelecimentos prisionais, tendo em conta o seu sucesso junto da comunidade prisional?**

**Dr.ª Ana Gomes:** O Estabelecimento Prisional do Porto, assim como, todo o Sistema Prisional está preocupado com esta questão havendo um esforço para o alargamento dos Programas Livres de Drogas. Aliás, neste momento, a nossa Unidade está num período de remodelação para assim possibilitar maiores condições físicas e técnicas.

**Dianova: Acha que existe pouca informação em Portugal sobre o problema do consumo de estupefacientes? E junto dos reclusos? Como é gerida e disponibilizada tal informação?**

**Dr.ª Ana Gomes:**

**“ Actualmente o problema não será a informação mas sim a desinformação. Os nossos jovens adquirem as suas informações sem nenhum critério o que leva a estereótipos e informações que são mal geridas. ”**

Junto dos reclusos a informação mais sistematizada é fornecida quando estes estão inseridos em Programas Terapêuticos, havendo também algum cuidado por parte dos Técnicos de Reeducação para os sensibilizar para algumas questões. ■



**Dr.ª Leonor Furtado**

Directora Geral da Direcção-Geral  
de Reinserção Social

**Dianova: A Direcção-Geral de Reinserção Social tem como principais competências a prevenção da delinquência e a reinserção social dos praticantes da mesma sociedade. De que forma é operada essa preparação para a reinserção social na sua plenitude?**



# Entrevista com...

**Dr.º Leonor Furtado:** A missão da direcção-geral é a reconversão do comportamento criminal, quer de jovens, quer de adultos, tendo em vista a prevenção de reincidências. Significa que o serviço de reinserção prepara as pessoas que foram condenadas ou sujeitas a uma medida judicial para o regresso à comunidade. De que forma? Em relação aos adultos, fazendo o acompanhamento das medidas e das penas alternativas à prisão ou o acompanhamento da liberdade condicional. No caso dos jovens, executando a medida tutelar educativa de internamento e acompanhando a execução das medidas na comunidade. Os jovens que são internados em centros educativos, são posteriormente acompanhados com um Projecto Pessoal Educativo que é proposto ao tribunal e, portanto, a execução desse projecto é desenvolvida pelo nosso serviço.

Ainda há a execução de medidas consideradas não institucionais, que são as medidas aplicadas a jovens que continuam na comunidade, tais como: acompanhamento educativo, obrigação de frequência de programas ou de obrigações de cumprir determinado tipo de condutas e tudo o que diga respeito à execução dessas medidas. O acompanhamento efectuado pelos nossos serviços é realizado através de técnicos colocados em equipas que estão localizadas nas diversas regiões do país.

**Dianova:** No sistema Prisional existe formação adequada à posterior Reinserção Social?

**Dr.º Leonor Furtado:** Há, mas esse trabalho não é desenvolvido pelo Serviço de Reinserção Social, mas pelo próprio Serviço Prisional. Nós temos uma intervenção a vários níveis. Um primeiro nível, da assessoria técnica: os serviços de reinserção social produzem documentos e instrumentos técnicos para os tribunais, de forma a ajudá-los a decidir a aplicação de uma medida ou de uma pena. A segunda área importante é o acompanhamento da execução das penas ou das medidas, que pode ser feita quer em relação a adultos, quer em relação a jovens. Quando uma pessoa é condenada a determinada pena alternativa à prisão, como seja a prestação de trabalho a favor da comunidade, quem procura a entidade onde esse trabalho vai ser prestado e quem depois verifica se a pessoa presta efectivamente o trabalho e se o presta de determinada forma, é o Serviço de Reinserção Social.

Portanto, o Serviço de Reinserção Social só intervém da porta da cadeia para fora. Mas, como é evidente, se vai fazer o acompanhamento de uma liberdade condicional, tem que se abordar o indivíduo ainda na cadeia. Portanto, faz-se um interface com os serviços de educação dos serviços prisionais, estuda-se o dossier e propõem-se medidas para acompanhar essa pessoa quando ela sair da cadeia. O trabalho da prisão termina quando o recluso é posto em liberdade. Quando ele é colocado em liberdade condicional, o Serviço de Reinserção Social é que faz o acompanhamento dele cá fora. E é evidente que este serviço é conjugado com aquilo que foi feito dentro da prisão.

**“Se ele aprendeu uma profissão dentro da prisão, o que o serviço de reinserção vai fazer é encontrar um emprego compatível com a sua formação profissional e colocar o indivíduo ou proporcionar-lhe pistas para ele procurar emprego.”**

Por outro lado, o serviço de Reinserção ainda é chamado, no que respeita ao meio prisional, a pronunciar-se sobre a possibilidade ou não de alguém ser colocado em liberdade condicional, ou seja, o Tribunal da Execução das Penas pergunta ao Serviço de Reinserção Social, se um determinado indivíduo que está preso pode ou não beneficiar da liberdade condicional. Neste caso, o que o Serviço de Reinserção Social vai fazer é verificar em que meio social o indivíduo está inserido, que família tem, que possibilidades de emprego tem, se esta pessoa, voltando

para a comunidade vai ou não reincidir, que educação frequenta e emite um relatório, para o tribunal de execução de penas dizendo se há ou não condições, com base naquele parecer, para a liberdade condicional.

**Dianova:** O Secretário de Estado-Adjunto da Justiça, Conde Rodrigues, referiu há algum tempo atrás que “em Portugal a vertente da Reinserção Social dos jovens é mais virada para dentro, do ponto de vista educativo, e não tanto para a Comunidade.” De que forma vê a colocação dos jovens entre os 12 e os 16 anos a prestar Serviço Comunitário? Qual a mais valia de um programa mais virado para esta vertente?

**Dr.º Leonor Furtado:** Eu penso que a posição do Sr. Secretário de Estado foi mal interpretada, ou mal reproduzida, porque o nosso trabalho é essencialmente vocacionado para fora, já que o principal enfoque da nossa instituição em matéria de jovens diz respeito à execução das medidas não institucionais. Nós temos neste momento em acompanhamento na comunidade, cerca de 1700 jovens com medidas não institucionais aplicadas.

E todo esse trabalho é feito em rede, educativa e social para a integração destes jovens. Este trabalho tem sido feito através do acompanhamento educativo; colocação de jovens a cumprir tarefas a favor da comunidade; jovens que são obrigados a frequentar determinado tipo de programas ou que estão proibidos de frequentar determinados sítios. Portanto, são medidas judiciais aplicadas a jovens e que são cumpridas na comunidade.

**Dianova:** Recentemente foi apresentado um projecto denominado “Um dia na Prisão”, em que jovens com comportamentos de risco iriam fazer uma visita ao estabelecimento prisional. Acha que este projecto pode funcionar como uma mais-valia na óptica preventiva?

**Dr.º Leonor Furtado:** Esse é um projecto dos serviços prisionais e não nosso. Do meu ponto de vista pessoal, penso que essa medida não é eficaz. Nem me parece que seja, do ponto de vista técnico, a mais aconselhada para a prevenção da criminalidade. Pode realizar o propósito de permitir um conhecimento da realidade prisional, mas não me parece que cumpra um objectivo de prevenção da criminalidade.

**Dianova:** Muitas das respostas educativas para estes jovens, passam pela via profissionalizante. Não se estará a baixar a fasquia educativa?

**Dr.º Leonor Furtado:** Primeiro estamos a falar de jovens que cometeram crimes e que foram alvo de uma medida judicial. Este é o universo de que estamos a falar. A maior parte destes jovens, que se encontram em cumprimento destas medidas, sobretudo os que estão a cumprir as medidas de internamento, são jovens que têm mais de 14 anos e que muitos deles não têm ainda feito o 1º Ciclo de escolaridade. O que significa que quando saem ou quando terminam a medida, terão 16 ou 17 anos sendo certo que muitos deles entram para o cumprimento dessa medida, já com essa idade.

Tem que se descortinar uma forma de proporcionar a estes jovens, não só a formação educativa que eles não tiveram ou não souberam aproveitar, e ao mesmo tempo, temos que os preparar para, quando terminarem a medida, terem um meio de subsistência cá fora. Porque como é evidente, já é tempo de se mudar o paradigma de que todos temos de ser engenheiros, médicos, etc.

Não é possível. E não é possível a um jovem de 16 anos que não terminou o 1º ciclo exigir-lhe que faça o liceu. A este grupo não é praticável e, portanto, não se pode dizer que se está a baixar a fasquia educativa.



**“ Antes pelo contrário, o que se está a fazer é dotar estes jovens de uma dupla certificação da sua formação na vertente educativa e na vertente profissional porque o objectivo é que estes tenham um emprego quando terminarem o cumprimento da medida. ”**

E para isso terá que se apostar cada vez mais na formação profissional e na inserção laboral.

**Dianova: Alguns destes jovens integram os Centros Educativos por más práticas ligadas ao consumo de estupefacientes. Como é tratado e trabalhado o tema do consumo de droga nos Centros Educativos e pela própria DGRS?**

**Dr.º Leonor Furtado:** Felizmente, no que diz respeito à população que se encontra em Centros Educativos, não existem muitos jovens com comportamentos aditivos sérios. Alguns têm consumos esporádicos ou consumos de drogas menos pesadas, mas não há um problema verdadeiro de toxicod dependência.

Quando ocorre uma situação de um jovem que necessita de tratamento, isso é-lhe observado através de acordos que temos, quer com os CRIs, quer com o IDT, com quem estabelecemos protocolos para permitir o acompanhamento desses jovens. Portanto esse trabalho é imediatamente feito, porque nenhum jovem entra no Centro Educativo sem uma avaliação psicológica e uma avaliação da sua realidade em termos de saúde. Muitas vezes é o próprio Tribunal que obriga o jovem ao tratamento.

**Dianova: Foi também anunciada a medida de redução dos Centros Educativos para 5. Qual o objectivo desta diminuição?**

**Dr.º Leonor Furtado:** O que aconteceu foi que ocorreu uma reforma nos Centros Educativos e a solução técnica encontrada passou pela redução do número de estabelecimentos com essa finalidade numa lógica de concentração de unidades sem diminuir a qualidade da intervenção técnica que se faz e proporcionando, não só melhor intervenção técnica, como também racionalizando os custos e a qualidade de intervenção.

Nós tínhamos Centros Educativos com um número muito limitado de jovens, designadamente 4, e um rácio de trabalhadores elevado. O que é que isso significava? Que o custo desses jovens era demasiado elevado. Porque uma unidade que funciona com 10 jovens tem de ter 10 técnicos pois eles trabalham em turnos e nós temos que garantir as folgas, o cumprimento da lei em matéria de horário de trabalho. Paralelamente, há custos fixos, como sejam os custos de financiamento com a vigilância, a alimentação, a lavandaria e são custos que estão associados ao funcionamento.

Por outro lado é evidente que a intervenção que é feita para 40 jovens, em termos de acções de formação profissional, é muito mais rentável e de melhor qualidade do que se forem para 4. Primeiro porque é muito caro; segundo porque não é possível ter formadores para quatro jovens. Por isso houve que repensar estas prioridades em função daquilo que seria a melhoria da intervenção técnica e de uma ponderação do rácio custos/benefícios equilibrada, de forma a permitir uma melhor intervenção.

**Dianova: Alguns dos jovens que ingressam na criminalidade e de seguida nos Centros Educativos não têm ou são rejeitados pela família. Cumprida a sua estada nos mesmos, quais as soluções**

**apresentadas pela DGRS para o acompanhamento destes jovens?**

**Dr.º Leonor Furtado:** Os jovens têm família. Uma família que lhes dê mais ou menos apoio, mas quase todos estes jovens têm família. Mas sempre que isso não ocorre, o que os serviços de reinserção fazem, é trabalhar em conjunto com as parcerias que temos na comunidade e, ao abrigo da lei que temos da protecção, pedir que seja aplicado a este jovem – se for menor de 18 anos – uma medida de protecção que lhe permita autonomia de vida. Como seja colocá-lo numa casa, proporcionar-lhe o arrendamento e arranjar-lhe emprego.

Há aqui uma articulação directa com os serviços que proporcionam protecção e o tribunal. Este é o trabalho que se faz em termos de apoio a estes jovens. Paralelamente o que se pretende é que efectivamente o jovem esteja preparado para, ao regressar à comunidade, integrar-se na mesma. Mas é preciso não esquecer que este é todo um trabalho em rede da própria comunidade. É preciso que também nestas haja respostas. Se este jovem volta para a comunidade e, no sítio onde está não tem emprego, não lhe é fornecida a possibilidade de se empregar, não tem uma organização que o apoie, ao fim de 2 ou 3 meses o jovem volta para o seu grupo de pares, para o seu comportamento anterior porque não foi possível estabelecer o trabalho de rede que se desejava.

**“ Há um trabalho muito grande em termos de investimento das redes na própria comunidade para que se possa segurar o jovem que sai. Por isso é que uma das nossas vertentes de trabalho é a inserção laboral: ”**

apostar na formação profissional e apostar na capacidade de trabalharmos com as entidades da comunidade que possam garantir a empregabilidade destes jovens.

**Dianova: Reduzir a imputabilidade criminal para os 14 anos parece-lhe uma medida razoável no combate à criminalidade juvenil?**

**Dr.º Leonor Furtado:** Não, de maneira nenhuma. Porque reduzir não vai resolver o problema. Não é colocando estes jovens numa cadeia que se vai conseguir que eles reconvertam o seu comportamento mais depressa. Pelo contrário: se tivesse possibilidade de legislar, o que faria era aumentar a idade da imputabilidade. Do trabalho que nós temos feito e do estudo dos nossos jovens, a maioria dos mesmos têm uma média etária de 16/18 anos. O que significa que vão cumprir a medida até aos 20/21 anos – máximo que a lei permite. Portanto, não é colocando-os na prisão que nós conseguimos que eles reconvertam.

A solução seria aumentar a idade da imputabilidade. Neste momento estamos a trabalhar para ver até que ponto é possível aumentar a duração das medidas educativas, e trabalhar um pouco melhor quer ao nível da formação, quer da formação profissional, no sentido de se poder capacitar mais e melhor os jovens, se em vez de se ter uma medida de 3 meses tivermos uma medida de um ano. Assim, por exemplo, pode-se realizar um melhor trabalho de reconversão do comportamento. Desta forma já é possível eu trabalhar este jovem de forma a proporcionar-lhe uma formação profissional e permitir que com um trabalho de rede se possa encontrar um emprego cá fora.

Nós temos que ser realistas e teremos que pensar que não é pelo facto de colocarmos um jovem numa cadeia, que se vai fazer a melhor prevenção da criminalidade. Muito pelo contrário. Tendo em conta que na cadeia o jovem não é obrigado a ser educado para o direito, a cumprir algumas regras que enquanto jovem é obrigado a fazer – é essa a finalidade da intervenção tutelar educativa – muito mais depressa



# Entrevista com...

vai voltar a delinquir. Portanto não vejo que o abaixamento da idade da imputabilidade constitua a solução adequada para o combate à criminalidade juvenil. ■



**Dr. Pedro das Neves**

Administrador / Managing Partner da I.Zone SGPS e Global Change

**Dianova: Em que consiste o Projecto Gerir para Inovar os Serviços Prisionais?**

**Dr. Pedro das Neves:** O Projecto Gerir para Inovar os Serviços Prisionais, é um projecto que nasceu em 2004 a partir de uma necessidade da própria Direcção-Geral dos Serviços Prisionais no sentido de encontrar algumas práticas, por um lado ao nível da organização, por outro lado da própria qualidade do serviço que é prestado em meio prisional. Essa primeira iniciativa, que teve por base uma acção de formação que envolveu todos os dirigentes – directores dos serviços prisionais, subdirectores – e que fez levantar todo um conjunto de questões sobre a uniformização de processos e procedimentos dos estabelecimentos prisionais, mas sobretudo alguma diversidade de práticas aos mais variados níveis: do envolvimento da própria comunidade, dos projectos que desenvolve e inclusivamente da intervenção que têm com os próprios reclusos.

Levantada esta questão e havendo um conjunto de boas práticas já no próprio sistema, começou-se a pensar que seria interessante haver um projecto que provocasse a uniformização de práticas e de processos e de procedimentos nos estabelecimentos, de forma a haver uma uniformização do sistema prisional, então constituído por 55 estabelecimentos prisionais, sendo natural que se comesçassem a defender alguns padrões de qualidade. Para além disso, procurou-se que estes estabelecimentos pudessem desenvolver algumas práticas diferentes e inovadoras dentro do sistema, utilizando um conjunto de tipologias que capacitam as pessoas do próprio estabelecimento, estejamos a falar de técnicos ou estejamos a falar dos reclusos, na construção do seu caminho para o exterior e para a sua reinserção social.

Portanto, o projecto tem desde o início esta abrangência. Em determinado momento surgiu a oportunidade de realizar um projecto com esta complexidade juntamente com a iniciativa comunitária EQUAL: por um lado trabalhar do ponto de vista de criação de novos processos, da implementação de níveis de monitorização nos estabelecimentos prisionais, no desempenho dos processos a pensar a sua própria qualidade interna; e, por outro lado, abranger áreas que tenham a ver com o apoio à reinserção social, com projectos como o Empreendedorismo em Meio Prisional, o Guia para a Liberdade em que o recluso constrói o seu próprio portefólio; ou Gestão de Voluntariado.

**“Trata-se de um conjunto de sub-projectos vasto e que encontrou na iniciativa comunitária EQUAL um apoio muito grande que permitiu o seu desenvolvimento em 5 Estabelecimentos Prisionais piloto.”**

Ao longo deste tempo, foram-se implementando estes projectos, qualificando as pessoas e capacitando-as para intervir do ponto de vista prisional, esbatendo as barreiras funcionais e corporativas entre o que é o papel do guarda e dos restantes funcionários do estabelecimento prisional, por meio de iniciativas transfuncionais que pensem o estabelecimento prisional e o recluso como um todo, sendo este um dos grandes ganhos do PGISP.

Para tal foi muito importante o envolvimento dos parceiros como o sindicato do Corpo da Guarda Prisional, a DGSP, os Estabelecimentos Prisionais, a Administração Pública e a Global Change, e a BDO e o INDEG que têm sido os responsáveis pela avaliação global do projecto.

**Dianova: E como tem sido a aceitação destes projectos nos cinco estabelecimentos prisionais piloto?**

**Dr. Pedro das Neves:** Têm tido um sucesso muito grande, quer ao nível da própria integração do discurso, uma vez que os reclusos participaram no desenvolvimento e no desenho de algumas das acções, numa óptica de cliente; quer ao nível dos técnicos, pelo envolvimento que tiveram na construção do projecto e em todo o processo formativo. Estes são indicadores claros do impacto a nível interno e, portanto, desse ponto de vista a aceitação foi bastante grande.

Neste momento, o que se está a fazer é a disseminação para outros estabelecimentos prisionais nomeadamente para os prisionais “gémeos”, que em conjunto com os prisionais piloto estão a trabalhar a implementação dos projectos junto dos mesmos.

Há de facto uma mudança comportamental e, como tal, muitas das intervenções são trabalhadas com o recluso. Ao trabalhar com o recluso estamos a fazê-lo de uma forma que ele valoriza e que faz com que os próprios reclusos percebam a mais-valia da participação nestas actividades como a construção do guia para a liberdade ou no empreendedorismo. Este é um processo progressivo onde todo o trabalho desenvolvido começa a fazer parte da prática diária do estabelecimento.

Cada intervenção tem critérios de participação: o projecto Empreendedorismo em Meio Prisional só é feito com reclusos que estão perto de finalizar a pena, para preparar a sua transição à vida no exterior. Relativamente a outros projectos, aquele que acho muito interessante é o denominado “Um Dia na Prisão”, que leva os jovens a visitarem um estabelecimento prisional. Também aqui os reclusos têm de ser escolhidos com muito cuidado, pois irão partilhar as suas experiências com os mais novos: explicar porque estão ali, qual o momento da vida que deixaram de controlar, determinado tipo de situações.

**Dianova: Falou-me do projecto “Um dia na prisão”. O que se pretende exactamente com esta iniciativa?**

**Dr. Pedro das Neves:** “Um Dia na Prisão” tem como principal objectivo sensibilizar jovens que possam ter algumas situações de risco – nomeadamente de delinquência, situações na escola – e mostrar exactamente o que é estar preso. Isto implica um trabalho muito grande de preparação dos professores, pois tem de haver um trabalho prévio dos jovens para aquele dia: o que vai acontecer, não no sentido de como se vai passar o dia, mas de sensibilização das questões do

cumprimento da lei, pelo respeito pela comunidade alheia, pelos outros.

E depois há um dia, de visita à prisão, em que um jovem passa por tudo aquilo que passa um recluso dentro da prisão: experimenta o interior de uma cela, experimenta ficar sem as suas coisas, conversar com um recluso.

**Dianova: E acha que foi dissuasor?**

**Dr. Pedro das Neves:** Não tenho comigo os estudos da avaliação, mas vi comentários de miúdos a dizerem que nunca mais vão roubar, ou que nunca mais vão cometer determinados actos que cometiam antes. Houve ali qualquer coisa que mexeu com eles.

Por outro lado, este projecto teve um efeito fantástico que foi a abertura do sistema prisional à comunidade e contribuir numa óptica de prevenção da pequena delinquência.

**Dianova: Existe algum projecto referente à toxicod dependência nas prisões?**

**Dr. Pedro das Neves:** No âmbito do P GIS P não.

**Dianova: Como surgiu a possibilidade de internacionalização do P GIS P para a Roménia?**

**Dr. Pedro das Neves:** O P GIS P teve visibilidade nacional e internacional, não só através de reportagens, como também devido à participação em alguns encontros internacionais. A própria parceria transnacional de que fizemos parte no âmbito do P GIS P e que envolveu vários países, deu a conhecer esta realidade, o que fez com que vários países mostrassem interesse em saber o que estava a ser feito. Um desses países foi a Roménia tendo a Administração Nacional de Prisões Romena manifestado interesse em conhecer o P GIS P e em fazer um projecto semelhante no seu contexto: semelhante nos objectivos e não nas práticas.

No caso da Roménia, a Administração Nacional das Prisões mostrou imenso interesse, foi feita uma candidatura ao Fundo Social Europeu para incorporação de algumas práticas do P GIS P na realidade dos serviços prisionais do País. É uma realidade muito distinta da nossa, embora a evolução do sistema prisional não tenha sido muito diferente, pois tem vindo a ser alvo de muitas reformas desde meados dos anos 90, mas que passou recentemente por uma fase de desmilitarização e que é o dobro do nosso, quer do ponto de vista dos funcionários, quer dos serviços e que por isso tem um conjunto de oportunidade.

**“Por isso eles viram na intervenção que foi feita pelo P GIS P, essa oportunidade de mobilizar a organização para introduzir algumas inovações.”**

E essa transferência do P GIS P para a Roménia não é necessariamente a transferência de tudo o que foi feito cá: é, por um lado, levá-los a perceber o que foi feito cá, ver a partir desse momento o que faz sentido transpor para a realidade romena, seja directamente, seja redesenhando a intervenção de acordo com aquele contexto. E é isso que se vai fazer.

O processo, formalmente já teve início, passando a primeira fase exactamente por trazer técnicos das prisões romenas a Portugal durante algumas semanas para conhecerem em profundidade algumas práticas do P GIS P e preparar-se para a formação e para que a partir de então comecem a pensar o que é possível implementar, que alterações podem ser feitas. ■



**Dr.ª Ana Vale**

Gestora da EQUAL – Portugal

**Dianova: Quais as principais competências e campo de actuação da EQUAL?**

**Dr.ª Ana Vale:** A EQUAL foi um programa, financiado pelo Fundo Social Europeu, no período 2000-2008, que teve como objectivo combater as discriminações no acesso e no mercado de trabalho, através do apoio a projectos inovadores e de carácter experimental. A EQUAL visou a inserção dos públicos mais vulneráveis no mercado de trabalho o que pressupôs intervenções muito abrangentes, a montante e a jusante do próprio mercado de trabalho, incluindo as respostas a necessidades sociais.

Os projectos experimentais desenvolvidos pela EQUAL deram lugar a soluções inovadoras, fruto da experimentação realizada, soluções essas que foram posteriormente disseminadas em larga escala, beneficiando um número alargado de destinatários e contribuindo para a melhoria das práticas nacionais.

**Dianova: De que forma desenvolveu a EQUAL a sua missão, quer no que concerne à prevenção e combate à desigualdade, quer no campo da reabilitação profissional?**

**Dr.ª Ana Vale:**

**“A EQUAL procurou testar e validar novas formas de intervenção para a reinserção social e profissional dos grupos mais vulneráveis da nossa população, entre os quais os ex-reclusos e ex-toxicod dependentes.”**

Fê-lo através de um trabalho em parceria, envolvendo entidades com missões e competências diversas mas complementares que asseguraram respostas integradas à multidimensionalidade dos problemas com que estas pessoas se confrontam (saúde, habitação, escolaridade, emprego, apoio social, etc.). Fê-lo empoderando as pessoas na definição e na construção das soluções para os seus problemas. A integração da dimensão do género em todas as etapas das intervenções foi outro requisito dos projectos EQUAL que contribuiu para a sua maior adequabilidade uma vez que as vivências e necessidades dos homens e das mulheres não são as mesmas.

A cooperação transnacional desenvolvida pelos projectos foi também um factor de inovação, permitindo que beneficiássemos das experiências dos outros países e da partilha de práticas e saber. A participação das empresas nos projectos, quer enquanto parceiras, quer enquanto ambiente onde a experimentação ocorreu, quer ainda, como observadores foi factor crítico do sucesso da inserção profissional destes grupos, permitindo combater de forma mais eficaz preconceitos e abrindo novos horizontes



# Entrevista com...

para uma gestão de recursos humanos mais centrada na diversidade e nas competências e potencial de cada trabalhador e menos numa visão homogénea e redutora da força de trabalho.

**Dianova: Até que ponto se assume como primordial a capacitação de toda uma sociedade civil para os problemas atrás enunciados? Qual a visão, objectivos e meios que a EQUAL tem colocado no terreno para esta capacitação?**

**Dr.ª Ana Vale:** As respostas às necessidades sociais são hoje em dia assumidas por um conjunto muito diversificado de entidades, desde organismos da Administração Pública (nacional ou local), entidades do 3º sector, empresas. Por outro lado, as pessoas estão confrontadas, na maior parte das situações, com um conjunto diversificado de problemas e não apenas com um problema o que exige a intervenção coordenada de diversas entidades (públicas e privadas) para a sua solução e nada melhor do que o trabalho em parceria para assegurar essa resposta.

Mas trabalhar em parceria não é fácil e por isso a EQUAL investiu na formação das entidades participantes no programa e dos seus técnicos, através de cursos de pós-graduação organizados em cooperação com 5 Universidades sobre "Como gerir projectos em parceria", curso este que ainda hoje se mantém em algumas das Universidades participantes.

Uma das ferramentas desenvolvidas a nível europeu na EQUAL – Project Cycle Management – tem sido objecto de acções de disseminação, nomeadamente, para as associações empresariais e organizações do 3º sector, através da formação de formadores e da formação dos seus técnicos com o objectivo de dotar as organizações com uma ferramenta que lhes permita conceber, planear e implementar projectos com qualidade.

Por último e não menos importante foram as competências adquiridas on the job pelas organizações e técnicos participantes no programa. O cumprimento dos requisitos exigidos pelo programa na implementação dos projectos obrigou as entidades e os técnicos a investirem em aprendizagens em temas tão diversificados como balanços de competências, metodologias de empowerment, auto-avaliação, igualdade de género, trabalho em parceria.

A participação das Parcerias de Desenvolvimento nas redes temáticas foi um dos meios mais férteis de concretização de aprendizagens, através da partilha de experiências e de conhecimento e da reflexão conjunta.

Todos os participantes no programa são unânimes em reconhecer o enorme capital de competências que acumularam através da participação na EQUAL.

**Dianova: Quais os principais parceiros da EQUAL na implementação, acompanhamento e realização dos programas a que se propõem?**

**Dr.ª Ana Vale:** Há que distinguir o nível dos projectos e o nível do programa. Ao nível dos projectos, encontramos uma grande variedade de parceiros tais como, autarquias, organismos da Administração Pública que fazem parte do nosso sistema educativo, de formação e emprego, associações patronais e sindicais, empregadores, IPSS, ONG, entre as quais se contam as entidades representativas dos diferentes grupos mais vulneráveis da nossa sociedade (pessoas com deficiência, imigrantes, toxicodependentes, etc).

Ao nível do programa os parceiros são fundamentalmente entidades com responsabilidades na definição e execução das diferentes políticas, pertencentes aos Ministérios da Educação, do Trabalho e da Solidariedade,

da Justiça, responsáveis das Regiões Autónomas, etc..

A Comissão Europeia foi também um importante parceiro, quer no acompanhamento da implementação do programa, quer enquanto facilitadora da cooperação transnacional, nomeadamente, entre os responsáveis nacionais pela gestão da EQUAL.

**Dianova: Quais os principais objectivos e programas levados a cabo pela EQUAL, de forma a melhorar o sistema prisional, sobretudo ao nível do relacionamento entre as populações e guarda?**

**Dr.ª Ana Vale:** As Parcerias de Desenvolvimento que investiram na população reclusa e no sistema prisional desenvolveram um conjunto de soluções inovadoras que estão disponíveis na publicação. "Soluções inovadoras no Sistema Prisional" e acessível através do site do programa ([www.equal.pt](http://www.equal.pt)).

Como se refere na nota de abertura da publicação, os projectos "... abordaram novas formas de trabalhar em conjunto, novos programas de formação para os agentes prisionais e de reinserção, novas intervenções para os(as) (ex)reclusos(as), criando mais oportunidades para a sua reintegração social e profissional, reorganizaram-se serviços em contexto prisional, investiu-se na comunicação interna e numa nova cultura de abertura e de partilha de conhecimento, numa gestão de qualidade, orientada para os resultados e mais focalizada na população reclusa...".

Uma das grandes mais-valias identificadas pelas entidades foi a abordagem focalizada na população reclusa e a cooperação desenvolvida pelos diferentes grupos profissionais no interior dos estabelecimentos prisionais, ultrapassando barreiras anteriormente existentes e criando uma nova cultura de trabalho.

**Dianova: Qual a visão da EQUAL sobre o problema da toxicod dependência, quer na sociedade civil, quer especificamente na sociedade prisional? Houve algum programa neste sentido, de combate à toxicod dependência?**

**Dr.ª Ana Vale:**

**"A toxicod dependência é um dos obstáculos à integração social e profissional das pessoas e um dos problemas que mais afecta a população reclusa."**

A sua abordagem pelos projectos EQUAL foi feita num contexto abrangente de integração social e profissional. Neste contexto, as entidades que se dedicam à resolução do problema da toxicod dependência foram chamadas a integrar as Parcerias de Desenvolvimento e a participar na experimentação desenvolvida. Mais do que combater apenas a toxicod dependência os projectos preocuparam-se em experimentar abordagens mais abrangentes como, por exemplo, procurar resolver os problemas que levaram à toxicod dependência, sensibilizar os empregadores para a integração profissional dos ex-toxicod dependentes, etc.

**Dianova: Na semana passada a EQUAL fez o balanço dos 8 anos. E agora? De que forma todo o movimento de inovação social da EQUAL será levado a cabo? E por quem?**

**Dr.ª Ana Vale:** A continuidade do movimento de inovação social dependerá, em grande parte, das entidades e dos técnicos que nele participaram na medida em que, ao longo destes anos, tiveram a oportunidade de compreender a importância e a necessidade do investimento permanente em inovação se quiserem acompanhar as mudanças sociais e quiserem garantir eficácia e eficiência às suas intervenções.

Por outro lado, estão disponíveis soluções inovadoras, em número muito significativo e em áreas muito diversificadas, que poderão ser utilizadas por quem estiver interessado em melhorar as suas práticas. Estão capacitadas entidades e técnicos para as utilizar e, ainda, para apoiar os que estiverem interessados em se apropriar delas.

Por último, os responsáveis pela definição e execução das políticas sociais têm ao seu dispor instrumentos, devidamente testados e validados, que lhes permitem definir novas orientações, para a acção e o financiamento das políticas públicas que lhes dêem mais eficácia e eficiência e contribuam para uma melhor integração social e profissional dos grupos mais vulneráveis da nossa sociedade. ■



**Dr.ª Conceição Fernandes**

Adjunta para as Áreas Serviços Clínicos e Educação do Estabelecimento Prisional de Lisboa

**Dianova: A toxicodependência é um problema que afecta o universo prisional, pois muitos dos criminosos que integram as prisões são dependentes. Como vê a realidade da droga em meio prisional?**

**Dr.ª Conceição Fernandes:** O Sistema Prisional reflecte a matriz da sociedade em geral, da qual faz parte integrante e da qual é parte activa, no que concerne ao processo de mutação e dinâmica constante das suas relações intrínsecas.

Resulta do exposto ser frequente a entrada, no sistema prisional, de indivíduos com comportamentos aditivos à data de entrada ou com antecedentes, nomeadamente no que respeita a consumo de álcool e drogas. A problemática da toxicodependência em Meio Prisional não poderá ser analisada de forma desligada da realidade existente em Meio Livre.

**Dianova: Quais os programas de ajuda disponibilizados pelos serviços prisionais, para tratamento de comportamentos aditivos?**

**Dr.ª Conceição Fernandes:** O Estabelecimento Prisional de Lisboa, no qual exerço a minha actividade laboral, dispõe, há mais de uma década, de um conjunto de respostas integradas com vista ao tratamento e acompanhamento de reclusos com comportamentos aditivos.

Nesta rede de intervenção, destacam-se os mecanismos de despiste e de detecção precoce de consumos activos de drogas (avaliação clínica à entrada e durante o período de reclusão), estruturas com fins terapêuticos diferenciadas e assentes num modelo cognitivo-comportamental de tratamento da toxicodependência em fase de abstinência (Unidades Livres de Drogas).

Dispõe igualmente de um Plano de Intervenção em crise, cujos objectivos são os de prevenção da recaída, redução de riscos e de minimização de danos (Programa Específico de Troca de Seringas \_ "PETS"), intervenção

farmacológica de substituição opiácea (Metadona) ou de Antagonista (Subutex).

**Dianova: Até que ponto o programa Troca de Seringas, ao tentar resolver um problema, não estará a perpetuar outro que é o da toxicodependência? Não terá a Reinserção Social destes cidadãos de passar, primeiro que tudo, pelo tratamento da sua toxicodependência?**

**Dr.ª Conceição Fernandes:** A abordagem à toxicodependência e ao seu tratamento é um processo complexo, e muitas vezes com velocidades dispares, de caso para caso. O Plano de Tratamento poderá exigir metodologias de intervenção diferentes, conforme o estágio de evolução do caso.

Assim, qualquer que seja a intervenção, isto é, primária, secundária ou terciária, o objectivo último deverá ser sempre o da redução do consumo, com vista à sua abolição e readaptação à vida livre de drogas, ou seja, o Tratamento.

**Dianova: Até que ponto o Programa Troca de Seringas pode funcionar como entrave aos restantes programas em meio prisional que visam combater a toxicodependência, como sendo a Unidade Livre de Drogas?**

**Dr.ª Conceição Fernandes:** Como referido anteriormente, o modelo de intervenção no tratamento da toxicodependência é multi-modal e dividido por fases, pelo que todas elas se interligam e complementam.

**Dianova: Acha que esta é a melhor forma de controlar a propagação de doenças como a SIDA e a Hepatite e que desta forma se conseguirá melhorar a saúde em meio prisional?**

**Dr.ª Conceição Fernandes:** A estratégia de combate à propagação de doenças infecciosas em Meio Prisional deverá ser encarada numa perspectiva integrada, onde, paralelamente ao PETS, existem outras intervenções complementares com o mesmo fim, nomeadamente o rastreio sistemático, a distribuição gratuita de preservativos, a sensibilização para a necessidade de evitar comportamentos de risco nomeadamente no que concerne à problemática das tatuagens que muitas vezes são feitas com elevados riscos de contágio. Nesta matéria será importante pensar a necessidade de implementação de "Ateliers de tatuagens assépticas".

**Dianova: Antes do recluso entrar em meio prisional, são-lhes feitos testes médicos de forma a saber quais as doenças infecto-contagiosas que este possui. Contudo, não lhe são feitos testes psicológicos. Até que ponto esta avaliação não iria permitir uma melhoria substancial nos casos de violência em meio prisional?**

**Dr.ª Conceição Fernandes:** O recluso, no momento de admissão é "sujeito" à avaliação por todos os intervenientes activos no seu percurso prisional. No que diz respeito a questões de saúde, é observado pelo corpo clínico do estabelecimento prisional do qual fazem parte Médicos de Clínica Geral, Infeciologistas, Psiquiatras e Psicólogos Clínicos, a par do acompanhamento pelo Serviço de Enfermagem.

O resultado desta avaliação multidisciplinar, bem como das avaliações efectuadas por parte dos Serviços de Educação e Ensino, Corpo da Guarda Prisional e Direcção do Estabelecimento, é discutido em conjunto, salvaguardando as questões de confidencialidade relativas aos dados clínicos individuais, elaborando-se em função das características do caso, resultando dessa análise a elaboração de um Plano Individual de Readaptação que pressupõe a concordância do recluso, visando destacar os aspectos mais relevantes que se impõe trabalhar durante a execução da pena.

**Dianova:** Não acha que o programa Troca de Seringas acaba, de certa forma, por dar tolerância à droga em meio prisional? Ao aceitar que é uma questão incontornável os presos drogarem-se nas prisões, o Estado assume-se ineficaz e impotente no combate à droga e à corrupção nos estabelecimentos prisionais?

**Dr.ª Conceição Fernandes:** O PETS é uma intervenção no âmbito da Saúde Pública, com objectivos de prevenção e de tratamento de problemáticas de consumo de drogas por via endovenosa, com vista à sua progressiva redução e abstinência final.

Não é por isso incompatível com a Missão dos Serviços Prisionais, que visa recuperar e dar novas oportunidades de mudança visando a reinserção social, familiar e profissional competente, duradoura e socialmente responsável.

**Dianova:** No passado mês de Novembro, foram disponibilizados vários dados, entre os quais o da não adesão por parte dos reclusos toxicodependentes ao programa Troca de Seringas em meio prisional. O que acha que correu mal, já que em Espanha, a partir do qual o modelo foi adoptado, registaram-se 14 mil seringas trocadas em meio prisional?

**Dr.ª Conceição Fernandes:** As realidades sociais e prisionais dos dois países, apesar de próximas no espaço geográfico, são bastante diferentes no que concerne ao seu contexto, nomeadamente em termos de dimensão, pelo que a comparação quantitativa de resultados poderá induzir em equívoco.

Salvo melhor opinião, a avaliação do Programa não se circunscreve apenas ao aspecto quantitativo de seringas trocadas, mas sim, à dinâmica que com o programa se conseguiu introduzir no processo de tratamento e intervenção na problemática da toxicod dependência.

Neste aspecto, a avaliação é de ganhos no processo de combate e tratamento do fenómeno da toxicod dependência.

**Dianova:** Um relatório disponibilizado pelo Estabelecimento de Paços de Ferreira sugere a criação de protocolos de actuação em caso de "overdose". Os estabelecimentos estão preparados para estes casos, mesmo tendo um programa de Troca de Seringas em funcionamento?

**Dr.ª Conceição Fernandes:** Desde há muito que os Serviços de Assistência Médica em Meio Prisional estão preparados para a intervenção em crise, nomeadamente nos casos de overdose, uma vez que dispõem de um corpo clínico especializado, recursos farmacológicos e protocolos de intervenção. ■



## Voluntariado nos Estabelecimentos Prisionais. Resultados de uma experiência piloto"



**Dr.ª Paula Vicente**

Directora do Centro de Estudos e Formação Penitenciária, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

"Gestão do Voluntariado em meio prisional" é um sub-projecto do PGISP, um Projecto financiado pela Iniciativa Comunitária Equal e que visa Gerir para Inovar os Serviços Prisionais.

A partir do diagnóstico elaborado, foram desenvolvidas e implementadas várias soluções inovadoras, assentes em 4 perspectivas:

- CAPITAL HUMANO (desenvolver competências, partilhar valores e objectivos, aumentar o envolvimento e a participação, melhorar a coesão organizacional e a comunicação interna);
- INOVAÇÃO (investir na flexibilidade, no dinamismo, em soluções criativas e projectos à medida, na melhoria da ressocialização, no aumento de parcerias com a sociedade civil);
- RESULTADOS (medir e comparar desempenhos, melhorar resultados da intervenção penitenciária);
- PROCESSOS (redesenhar e standardizar processos críticos, melhorar a segurança).

No que respeita à Gestão do Voluntariado, o investimento na ressocialização da população reclusa, na abertura à sociedade e numa clara orientação para o cliente, foram os pilares inspiradores deste sub-projecto. Testado em quatro Prisões Piloto desde 2005, foi transferido em 2008 para todos os Estabelecimentos Prisionais.

### O diagnóstico

O diagnóstico elaborado permitiu detectar algumas insuficiências: número reduzido de voluntários e de reclusos/as apoiados/as; grande discrepância entre o apoio voluntário existente e o apoio desejado pela população reclusa; resposta satisfatória no apoio voluntário religioso mas quase inexistente em todas as outras áreas.

### O objectivo

A partir do diagnóstico do problema foi decidido dinamizar o voluntariado no meio prisional, sendo o objectivo, no prazo de dois anos, aumentar em 20% o número de voluntários nos Estabelecimentos Prisionais Piloto e em 25% o número de reclusos apoiados nas suas áreas de preferência: ligação com a comunidade de origem ou de inserção, competências pessoais e relacionais, desporto e estilos de vida saudáveis e ainda actividades educativas e formativas



## A estratégia de intervenção

Detectado o problema e definido o objectivo, foi então desenhada e implementada uma estratégia de intervenção que implicou a nomeação de pares de gestores do voluntariado em todos os Estabelecimentos Prisionais e a formação das equipas, capacitando-as para a implementação de programas de Gestão do Voluntariado de acordo com as seguintes etapas:

### ■ Nomear e formar gestores de voluntariado

Em cada prisão piloto foram nomeados e formados pares de gestores de voluntariado (um Técnico/a e outro do Corpo da Guarda Prisional) de modo a articular competências operacionais chave.

### ■ Auscultar a percepção de necessidades da população reclusa

Foi aplicado um inquérito, administrado por entrevistadores, a uma amostra de reclusos dos cinco Estabelecimentos Prisionais Piloto com o objectivo de medir as suas necessidades e expectativas relativamente ao apoio por parte de voluntários/as.

### ■ Elaborar e implementar a estratégia de Gestão do Voluntariado

Desenho da proposta de estratégia de gestão por uma equipa de inovação que desenvolveu o Produto. Composto por um manual de procedimentos para a gestão do voluntariado, um manual do formador de voluntários e um manual do formando voluntário, este produto funcionou como pilar da disseminação e implementação de novas práticas em todo o Sistema Prisional. Ao integrar a perspectiva organizacional, a perspectiva da população reclusa e a das organizações de voluntários, garantiu a participação destes stakeholders.

Foi assim possível implementar Programas que incluem a auscultação de necessidades e expectativas dos destinatários, a selecção de áreas de intervenção a atribuir a cada voluntário tendo em conta a estratégia organizacional, as expectativas da população reclusa e as aptidões dos/as voluntários/as, a angariação e selecção de voluntários, o acolhimento e formação específica para o meio prisional, sessões de supervisão, estratégias de incentivo à permanência dos/as voluntários/as incluindo o reconhecimento e a metodologia de avaliação do Programa.

### ■ Monitorizar Resultados

Foram elaborados planos de actividade para cada prisão piloto e os resultados são monitorizados trimestralmente. Do modelo de avaliação fazem parte os indicadores "número de reclusos por Estabelecimento Prisional apoiados por área de intervenção" e "número de voluntários de execução com regularidade e de execução ocasional por área de intervenção e por Estabelecimento Prisional".

## Divulgar o Progresso

Partilhar o progresso implica, entre outras actividades, afixar, em espaços de informação, gráficos com a evolução do número de voluntários e do número de reclusos/as apoiados/as por área, notícias relacionadas com a implementação do Programa no Estabelecimento Prisional, fotografias de dinâmicas, divulgação dos novos voluntários, etc.

## Avaliar a percepção de benefício

No processo de gestão do voluntariado é incentivada a avaliação da receptividade junto da população reclusa, dos/as voluntários/as e dos profissionais, bem como a correcção ao programado face a eventuais necessidades de melhoria.

## Fases de um Programa de Gestão do Voluntariado

1. Auscultação de necessidades e expectativas dos destinatários
2. Desenho de áreas de intervenção
3. Recrutamento e Selecção de voluntários/as
4. Enquadramento e formação
5. Supervisão
6. Reconhecimento
7. Avaliação
  - Monitorização
  - Divulgação de resultados
  - Avaliação de impacto

## Os resultados

Em menos de três anos (Nov. 2005 – Mar. 2008) foi possível aumentar em 68% o número de voluntários e em 59% o número de reclusos apoiados nos quatro Estabelecimentos Prisionais Piloto.

As áreas que detêm actualmente maior número de voluntários e reclusos/as apoiados/as são o apoio espiritual e religioso, as competências pessoais e relacionais, a cultura e arte, o desporto e estilos de vida saudáveis e a ligação com a comunidade de origem e de inserção.

Se atendermos às que apresentaram maior crescimento, temos em 1º lugar a ligação à comunidade de origem ou de inserção, que coincide com a primeira preferência da população reclusa; em 2º a cultura e a arte e em 3º as competências pessoais e relacionais.

Os resultados alcançados nos EP Piloto traduzem uma evolução muito satisfatória. Claramente acima do objectivo inicial, espelham a eficácia da estratégia seleccionada e legitimam a actual disseminação do modelo em todo o país.

**Nota:** Da parceria PGISP fazem parte o Centro de Estudos e Formação Penitenciária da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (que coordena), quatro Prisões Piloto (Central de Sintra, Especial de Leiria, Central de Castelo Branco e Regional de Beja), a Global Change, a BDO e o INDEG, a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público e o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional. ■



## Abertura do Parque El Bosc Animat

Abriu recentemente o El Bosc Animat em Torrelles de Llobregat, a 17km de Barcelona, um espaço lúdico partilhado com o Parque Catalunha em Miniatura. O El Bosc Animat é um espaço natural que oferece três circuitos (Fadas, Elfos e Trolls), os quais consistem em diferentes combinações de escadas que chegam a plataformas situadas a 5, 10 e 15m do solo, com pontes suspensas, torres aéreas, jogos de cordas entre árvores.

Este projecto respeita integralmente as regras ambientais, e à semelhança dos parques aéreos que têm vindo a florescer pela Europa, é definido como um lugar de entretenimento e aventura para todas as idades. É um convite natural à diversão, a aumentar a confiança em si mesmo nas alturas e a aprender a dar passos firmes através das linhas da vida que correm paralelamente aos obstáculos aéreos.

Esta iniciativa privada repartirá os seus lucros com a Dianova, uma ONG que proporciona soluções educativas a adolescentes e adultos com problemas de comportamento e toxicod dependência. Futuramente o Parque irá adaptar os circuitos a pessoas com deficiências. Sem dúvida um desafio de elevado nível para todos os participantes.

Venha divertir-se no El Bosc Animat. + info em [www.elboscanimat.com](http://www.elboscanimat.com)



## Não há droga sem senão...

### Intervenção Técnica em Meio Prisional por Delitos Estradais



**Dr. Jorge Monteiro**

**Chefe de Equipa Multidisciplinar, Centro de Competência para o Apoio à Reintegração Social de Reclusos, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais**

#### Enquadramento

A finalidade da execução de uma medida privativa de liberdade visa, em última instância, a salvaguarda da vítima e da sociedade em geral. Ela encontra-se vinculada a um duplo paradigma de referência que a norteia e baliza.

Por um lado, o cumprimento efectivo de uma pena de prisão obedece a uma filosofia retributiva/repressiva da conduta criminal, a qual se consubstancia através da aplicação de uma pena de prisão cuja duração se revele compatível com a tipologia do crime cometido, na observância do ordenamento jurídico em vigor e aplicável.

Por outro, a execução de uma **medida privativa de liberdade**, procura materializar o postulado da Ressocialização, com vista a uma futura reinserção social competente e duradoura, afastada da conduta criminal progressa, de forma a garantir a finalidade primordial, a da salvaguarda da vítima e da sociedade em geral.

Para todo e qualquer tipo de crime ou conduta delincente é absolutamente imprescindível que, durante o **cumprimento de pena**, o **cidadão recluso** seja capaz de fazer um exercício crítico face à sua conduta anterior, que interiorize o desvalor dessa conduta, e que apresente planos de futuro que ofereçam à sociedade garantias de que o mesmo se encontra arrependido e que pretenda redimir-se, reinserindo-se no seu seio de forma socialmente aceite.

Face à constante mutação do tecido social e da matriz das suas relações, a sociedade vê-se confrontada com o aparecimento de novos tipos de crimes que carecem de uma intervenção mais diferenciada, isto é, mais

intrusiva de forma a responder à complexidade acrescida que alguns deles apresentam.

Estes casos são inseridos em Programas de Intervenção dirigido a reclusos e/ou a problemáticas específicas, programas estes baseados nas experiências da prática e suportados por um enfoque teórico, aplicados por técnicos com formação específica, orientados para objectivos, e fortemente monitorizados/avaliados. A sua dinâmica implica uma total e incondicional entrega do recluso, já que no decorrer desses programas, o mesmo será **repetidamente confrontado com** a problemática em causa, compelindo-o a reavaliar-se, a reposicionar-se e a redefinir o seu papel no seio da sociedade.

### O Álcool e Drogas e a condução de veículos

As bebidas alcoólicas, particularmente o vinho, são das mais antigas e mais consumidas em todo o mundo, sendo Portugal um dos países em que o seu consumo, por habitante, é mais elevado. A sua ingestão não moderada, para além das graves consequências que acarreta para a saúde, está na base de inúmeros problemas financeiros, familiares e sociais e o seu consumo, mesmo que não excessivo, é causa, directa ou indirecta, de inúmeros acidentes de viação de que resultam milhares de vítimas.

Devido ao efeito que provocam em grande parte dos consumidores, as bebidas alcoólicas são muitas vezes tidas como estimulantes que activam os processos físicos e mentais. Mas a realidade é bem diferente: o álcool é, de facto, um depressor que prejudica as capacidades psicofisiológicas mesmo se ingerido em pequenas doses.

A acção do álcool no sistema nervoso origina efeitos nefastos que **prejudicam o exercício da condução**: audácia incontrolada, **estados de euforia, sensação de bem-estar** e de optimismo, com a consequente tendência para a sobrevalorização das próprias capacidades, quando, na realidade, estas já se **encontram diminuídas**; perda de vigilância em relação ao meio envolvente, uma vez que sob a influência do álcool as capacidades de atenção e de concentração do **condutor ficam diminuídas**; perturbação das capacidades sensoriais, particularmente as visuais, em que a presença de álcool no sangue reduz a acuidade visual, quer para perto, quer para longe e leva à alteração dos contornos dos objectos, quer estáticos, quer em movimento, etc.

Por outro lado, a ingestão de bebidas alcoólicas, mesmo em pequenas doses, pode transformar uma pequena contrariedade num problema exacerbado e dar origem a estados de agressividade, frustração, depressão ou outros que são, normalmente, transferidos para a condução, com todos os riscos que isso comporta.

### Programa de Intervenção Técnica dirigida a reclusos condenados por Delitos Estradais

Por ano são julgados e condenados nos Tribunais portugueses cerca de 70 mil processos, sendo que destes 35 mil e quinhentos são condenações por Delitos Estradais, o que representa mais de metade (51%) do total de processos julgados com condenações aplicadas.

No que diz respeito a este universo, mais de metade são referentes a crimes de Condução de Veículo em Estado de Embriaguez ou sob o efeito do Álcool e/ou Estupefacientes ou Substâncias Psicotrópicas (52%), sendo o restante referente a crimes de Condução sem Habilitação Legal.

Por ano, no movimento acumulado entre as entradas e as saídas de

reclusos dos Estabelecimentos Prisionais portugueses, o peso relativo desta problemática representa cerca de 22% do total, o que equivale a 2 mil e quinhentos reclusos por ano que contactam com o Sistema Prisional, condenados por crimes relacionados com a condução de veículos.

Face a este cenário preocupante, a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais iniciou um Programa de Intervenção Técnica dirigido a reclusos condenados por esta tipologia de crimes em vários Estabelecimentos Prisionais do País, com representatividade face ao universo de reclusos e com dispersão equitativa por região do país, envolvendo na sua fase experimental um total de 75 reclusos.

Tem como objectivos a **Prevenção Geral do Crime**, a Prevenção primária da Reincidência, a Educação para o Direito e a Educação para a Cidadania, **procurando aumentar nos reclusos** os seus conhecimentos sobre os efeitos do abuso de álcool e estupefacientes na condução, o conhecimento sobre as consequências de uma **condução sem habilitação legal** e a modificação do comportamento infractor na estrada.

Trata-se de uma metodologia de intervenção que recorre ao paradigma cognitivo-comportamental, com especial ênfase na mudança de comportamentos a partir da reestruturação cognitiva de um padrão de resposta desadequado face a uma situação/problema. Faz recurso a materiais e técnicas pedagógicas que visam a **descentração, o pensamento consequencial**, a empatia para com a vítima e mudança de atitudes com vista à alteração de comportamentos.

Decorre em sessões de grupo e é composto por 8 sessões com duração média de 60 minutos, prevendo uma componente avaliativa, quer da eficácia (impacto do programa nos utentes), a partir a comparação dos dados recolhidos numa avaliação inicial e final, quer da eficiência (ao nível dos procedimentos e integridade do Programa), estando previstas sessões de *follow-up* após o decorrer do curso e até à libertação definitiva.

Paralelamente ou faseadamente a esta intervenção, e sempre que a dimensão da problemática da adição assim o justifique, após avaliação e indicação médico-psicológica, os reclusos condenados por condução sob o efeito do álcool ou de drogas serão acompanhados pela especialidade médica adequada, com vista ao tratamento da problemática específica associada ou na origem do Delito Rodoviário, através da articulação entre os Serviços Técnicos Prisionais e as Unidades de Alcoologia do Instituto da Droga e Toxicod dependência. ■





## Projecto de Prevenção "Um dia na Prisão"

Dr.ª Ângela Paula Ferrão Portugal

Directora do Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

O Projecto "Um Dia Na Prisão" foi desenvolvido pela Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) no âmbito do Projecto Gerir Para Inovar os Serviços Prisionais (PGISP), financiado pela Iniciativa Comunitária Equal. Tem parceria com a Direcção-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular e o Instituto da Segurança Social.

Este Projecto pretende sensibilizar a Sociedade para o tema da reclusão e simultaneamente para a prevenção da delinquência através da abertura do "espaço prisão" a jovens em idade escolar, convidando-os à experimentação e consciencialização do que é "estar privado da liberdade", contribuindo para o exercício de uma cidadania activa e responsável através da reflexão sobre as suas tomadas de decisão e auto-responsabilização. Pretende-se que esta "experiência" possa promover a modificação de um provável percurso desviante dos jovens e, paralelamente, que o recluso se "confronte", na reflexão que tem com os jovens, com as consequências dos seus actos e no que está a "perder" ao estar preso.

### Objectivos gerais:

- **Sensibilizar** os Jovens para o exercício de uma cidadania activa e responsável;
- **Prevenir** comportamentos de risco e de delinquência, com estratégias de prevenção primária e secundárias alicerçadas no desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- **Possibilitar** à população juvenil uma experiência inovadoras de educação para a cidadania, com enfoque nos processos de tomada de decisão e de auto-responsabilização.

### Objectivos Específicos:

- **Reduzir** a incidência e reincidência criminais;
- **Contribuir** para a estratégia de redução do abandono escolar precoce;
- **Garantir** uma experiência pedagógica e construtiva aos reclusos;
- **Dinamizar e implicar** os profissionais da DGSP e de outras instituições, numa filosofia de intervenção multidisciplinar;
- **Promover** um maior envolvimento, sensibilização e pró-acção da sociedade civil na problemática da reclusão e reinserção social.

Tendo por beneficiários finais **população Juvenil** (12-16 anos), integrada em Escolas e outras instituições de âmbito social, com especial incidência em estratos com maior probabilidade de exclusão social, e, por outro lado, reclusos destacados para a participação no projecto, afectos aos Estabelecimentos Prisionais, este Projecto:

- **Privilegia** o espaço prisão como instância promotora da prevenção, reabilitação e ressocialização;
- **Intervém** na prevenção da criminalidade, incidindo em dois públicos-alvo: população em idade escolar e população reclusa;
- **Enriquece** a oferta programática para o sistema educativo, com a utilização de métodos activos e adaptados à fase de desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos destinatários;
- **Utiliza** uma metodologia assente numa estratégia experiencial, complementada com dinâmicas de grupo, promotora de reflexão, para o exercício de uma cidadania responsável;
- **Possibilita** aos jovens a reflexão sobre o seu projecto de vida, promovendo uma intervenção estruturada e prolongada no tempo e

proporcionando a definição e a assunção de princípios e valores.

O Projecto com duas fases, nomeadamente a **Fase I – Sessões Prévias**, em que efectuada a apresentação do produto e sensibilização das organizações beneficiárias; formação e enquadramento dos agentes educativos que irão acompanhar o projecto; realização de sessões prévias (de preparação) com os jovens que vão participar no projecto; preparação e enquadramento da acção com todos os profissionais da DGSP envolvidos neste projecto (ex.: Corpo da Guarda Prisional, Reclusos); e...



### ... a Fase II – Dia na Prisão: "Estou Privado da Liberdade!"

Os jovens são envolvidos numa experiência simulada, em ambiente prisional, que lhes permite sentir o que significa estar privado da liberdade. Conhecem um pouco de todas as facetas da vida prisional, na óptica de um recluso. Esta acção será enquadrada por técnicos superiores e pessoal do corpo da guarda prisional.

### "Percebo a importância de ter controlo sobre a minha vida"

Os reclusos seleccionados partilham as suas experiências de vida com os jovens (envolvimento no processo judicial, condenação, consciência dos efeitos do crime nas vítimas...). Pede-se ainda que partilhem o que significa estar privado da liberdade – emoções, perdas... – a sensação de arrependimento, a responsabilidade da reparação e o que mudariam nas suas vidas se pudessem voltar atrás, designadamente, as estratégias para evitar o crime...

### "Declaro o Meu Futuro (percebo o que vivi e reflecto sobre o futuro que pretendo para a minha vida)"

Debate sobre a experiência vivida pelos jovens durante este dia, e reflexão acerca da sua visão pessoal (como querem que seja a sua vida no futuro); inicia-se a actividade com a elaboração de um desenho sobre a forma como cada jovem vê o seu futuro em termos ideais; a discussão em sala permite reflectir sobre as estratégias para atingir essa visão e sobre os valores a eleger; termina com o documento "Declaro o Meu Futuro".



### Os resultados do Projecto

A equipa da Faculdade de Motricidade Humana "Aventura Social", coordenada pela Prof.ª Dr.ª Margarida Gaspar de Matos, levou a cabo

uma avaliação Pos-hoc que chegou às seguintes conclusões:

Em função das respostas agora descritas, o Projecto teve um impacto muito favorável nos Alunos, sem por um lado referirem ansiedade/medo que possam levar a pensar em efeitos negativos inerentes à visita, nem por outro lado paradoxalmente ter dado a ideia que a vida na prisão é um tempo agradável e lazer. Muitos reflectem sobre a privação de liberdade.

Os **Pais e outros Encarregados de Educação** demonstraram, na generalidade, ter conhecimento do Projecto em que os filhos/educandos estiveram envolvidos salientando, ainda, um grande número de benefícios decorrentes desta experiência. Salientam muitas vezes a aquisição de uma percepção nova da realidade associada à mudança de comportamentos anteriores inadequados. O despoletar de emoções fortes constitui simultaneamente, uma das maiores preocupações dos responsáveis e um dos "motores" de mudanças surpreendentes. Na generalidade apoiam e incentivam a continuação do Projecto.

Os **Professores** denotam dedicação e implicação no Projecto, acompanhando "de perto" sentimentos e mudanças não só nos alunos como em si próprios. Na maioria parecem defender acerrimamente a continuação deste Projecto capaz de captar um profundo interesse e envolvimento dos alunos.

Os representantes dos **Conselhos Executivos** são o grupo menos representado e que demonstra um conhecimento mais superficial do Projecto. Apesar disso, percebem mudanças de atitude nos alunos, apresentando-se, também, a favor da continuação e alargamento do Projecto.

Um dos aspectos mais peculiares a realçar nos **Reclusos** prende-se com a surpresa manifestada por constatarem a existência de jovens bastante novos e já conhecedores dos meandros do crime. O outro aspecto que emerge desta avaliação relaciona-se com o impacto do Projecto neste grupo que, destaca como preocupação "renovada" a educação dos próprios educandos.

No que concerne aos **Técnicos dos EP's** salienta-se a percepção de mudanças nos reclusos que, através da sua contribuição para um futuro melhor destes jovens se sentiram gratificados e capazes de

repensar o seu próprio percurso.

Sugerindo uma maior e mais directiva formação dos reclusos, os **Guardas Prisionais** parecem ser um pouco mais pragmáticos e até cépticos no que respeita a mudanças nos reclusos/más influências sobre os jovens. Apesar disso salientam mudanças na percepção que alguns reclusos têm de si próprios e no facto de se mostrarem arrependidos.

Os **Directores/Chefias**, à semelhança dos conselhos executivos, estão representadas em menor número e apresentam uma visão mais externa salientando a dificuldade em gerir os recursos humanos (escassos). Não obstante, consideram consensualmente o Projecto sustentável e pertinente.



Parece haver um ponto comum entre alunos, reclusos e guardas: *"Se os reclusos tivessem passado por esta experiência talvez não estivessem actualmente em reclusão..."*.

#### Evidências do Projecto – Registo dos jovens

*"Hoje aprendi que a liberdade é muito importante e temos de a preservar."*, Daniela

*"Eu não gosto de ser preso. Eu nunca mais vou andar em motas roubadas. Nem carros."*, Miguel

*"Isto está a fazer-me pensar... Está mesmo..."*, Anónimo

*"Quando se vai para a prisão, para além de nós, há muitas outras pessoas que sofrem, como por exemplo os nossos pais, os verdadeiros amigos, filhos e por isso não é bom para ninguém."*, Ana

## Drogas

<http://www.restorativejustice.org/>

O Prison Fellowship International Restorative Justice Online é o portal da teoria da justiça que enfatiza o factor reparador do dano causado ou manifestado pelo comportamento criminal, assente em três princípios: a justiça requer que se trabalhe para restaurar aqueles que foram vitimizados; os que foram directamente envolvidos e afectados pelo crime devem ter oportunidade de participar na resposta desejada; e o papel do Estado é preservar a ordem pública e o da comunidade criar a paz. Saiba mais sobre este novo paradigma da justiça a nível dos debates internacionais actuais e das reformas de sistemas de justiça penal da actualidade.

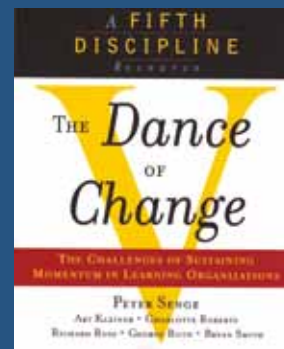
<http://www.dgsp.mj.pt/> e <http://www.dgrs.mj.pt/>

Nos sites da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e da Direcção-Geral da Reinserção Social poderá encontrar informações diversas, desde dados estatísticos, a relatórios, legislação, passando pelos instrumentos e recursos até às medidas de justiça penal, juvenil e cível – família, incluindo as penas privativas de liberdade às medidas na comunidade, mediação e reparação. Poderá ainda encontrar publicações e manuais técnico-operativos, assim como oportunidades de emprego junto destes organismos do Ministério da Justiça [www.mj.gov.pt](http://www.mj.gov.pt).

## The Dance of Change

Do Presidente da Society for Organizational Learning e do best seller The Fifth Discipline. Como ultrapassar os primeiros passos da mudança organizacional? Como sustentar o momentum? Sabendo que as organizações não podem ser bem sucedidas sem aprender a adaptar as suas atitudes e praticar iniciativas de gestão da mudança, os autores revelam como os líderes podem antecipar os desafios gerados pelas mudanças que as organizações terão que enfrentar, passando pela necessidade de difundir a aprendizagem por toda a organização.

**Autor:** Peter Senge | **Edição:** 2007  
Nicholas Bradley Publishing



## Dinâmica da Espiral. Dominar Valores, Liderança e Mudança

Este livro revela os códigos escondidos que enformam a natureza humana, que criam diversidades globais e que impulsionam a mudança evolucionária. Estas teias magnéticas atraem e repelem indivíduos, formam as teias que associam as pessoas nas organizações e forjam a ascensão e a queda das nações e de culturas. Os autores elaboram uma nova fórmula e um processo de mudança de transformação: MEME representa a primeira grande afirmação da nova "Ciência Memética"

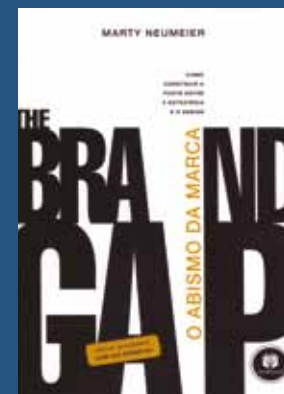
**Autor:** Don E. Beck e Christopher C. Cowan | **Edição:** 2000  
Instituto Piaget



## O Abismo da Marca

Neumeier apresenta a primeira teoria unificada da gestão da marca – um conjunto de cinco disciplinas que ajudam as organizações a construir a ponte entre a estratégia e a execução da construção de uma marca. Este livro oferece de forma simples o acesso à mais poderosa ferramenta de gestão desde as folhas de cálculo. Como refere o autor "gerir marcas é gerir diferenças, não como elas aparecem nas tabelas, mas como existem nas mentes das pessoas".

**Autores:** Marty Neumeier | **Edição:** 2008  
Bookman



### Ficha Técnica

Propriedade, Administração e Redação:  
**Associação Dianova Portugal**

Qtª das Lapas, 2565-517 Monte Redondo TVD Tel.: 261 324 900 | Fax: 261 312 322

Email: rui.martins@dianova.pt | www.dianova.pt

**Direção e Coordenação Editorial: Rui Martins**

Design: **Orange** – original communication

Impressão: **Onda Grafe, Lda.**

ISSN: **1646-0383**

Depósito Legal: **214288/04**

Distribuição: **Gratuita**

Periodicidade: **Trimestral**

Tiragem: **3.200 exemplares**

Associação Dianova Portugal

Qtª das Lapas, 2565-517 Monte Redondo TVD

Tel.: +351 261 312 300 | Fax: +351 261 312 322

Email: secretariado@dianova.pt

www.dianova.pt